

EDUCAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS: BRAILLE, OBJETO DE MEDIÇÃO ENTRE O SUJEITO E O CONHECIMENTO

Suzana Alves da Silva ¹

Universidade Federal de Alagoas – campus sertão- sussy.campinhos@hotmail.com

RESUMO: Os deficientes visuais a cada dia vêm conquistando espaço na sociedade seja no âmbito escolar ou no mercado de trabalho, e isso se dá pelas políticas públicas que garantem o uso de signos que possibilita aos sujeitos se comunicarem, como o uso do Braille e outras tecnologias acessíveis. Dessa forma é desconstruída ideias de que os deficientes visuais são incapazes, inválidos ou até mesmo que possuem “forças sobrenaturais”. No entanto este texto tem como objetivo mostrar a importância das tecnologias existentes no processo do ensino aprendizagem dos sujeitos com deficiência visual tanto para cegos como pessoas com baixa visão. Mostra também a importância do Braille enquanto ferramenta necessária para o desenvolvimento dos mesmos.

Palavras-chave: Deficiente visual, Braille, Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

É importante ressaltar que, os deficientes visuais são pessoas que merecem uma atenção especial já, que precisa de outras pessoas no processo de construção de conhecimento como, família, sociedade, escola, e se não forem acolhidos na instituição escolar, podem sofrer frustrações, afetar sua personalidade, os sentimentos, dificultar a sociabilidade com outras pessoas. Por isso se faz necessário criar políticas públicas para a educação, voltadas aos mesmos, ter acesso ao braille no intuito de garantir uma educação continuada, de modo que exerça a cidadania, de forma que estejam preparados para o mercado de trabalho formal e informal, dar a oportunidade de atuarem em instituições como empresas, clínicas, fábricas e etc.

É lícito dizer que os deficientes visuais, aqueles que por alguma circunstância perdem uma parte significativa da sua visão, e um dos motivos é a retinopatia diabética, e isso faz com que desistem de estudar, pelo fato de se sentirem incapaz, por não conseguirem mais realizar as atividades em sala de aula, por ter que se adaptar à leitura e escrita. E se a escola

¹ Discente do 6º período do curso de pedagogia da Universidade Federal de Alagoas/campus sertão / 2018.

não estiver preparada para acolhê-los e os mesmos não tiverem conhecimento dos seus direitos, infelizmente estarão excluídos da instituição. Por isso se faz necessário apresentar neste trabalho as possibilidades e capacidades que os deficientes visuais poderão ter, de modo que possam se comunicar através ferramentas acessíveis para suprir sua necessidade, tendo a escola um papel fundamental nesse processo, e as políticas de educação direcionada aos mesmos, de maneira a construir conhecimentos e compartilhar experiências.

2 ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

Mazzarino; Falkenbach; Rissi (2011) relatam o processo histórico de inclusão de pessoas com deficiência visual na educação com criação de políticas públicas, onde diz que no Brasil no ano de 1996 com a LDB 9394/96 houve “o movimento de educação para todos”. Em 1945 houve uma declaração mundial tendo a “educação um direito fundamental para quem tem necessidades especiais.” Ainda no Brasil o MEC criou o “programa Educação inclusiva: direito à diversidade”, depois as Nações Unidas declarou o ano internacional dos portadores de deficiência. Também “A ação mundial” para pessoas com deficiências foi aprovado em 03 de dezembro de 1982 37/52 da Assembleia geral das Nações Unidas.

Em vista disso, percebe-se o quanto há uma preocupação com a educação voltada aos deficientes visuais, e quando se fala de uma educação de inclusão, pode-se lembrar das infinidades de ferramentas tecnológicas que podem contribuir para o ensino aprendizagem dos alunos, a ponto de desenvolver muitos aspectos, inclusive o intelectual, de modo a desenvolver capacidades e habilidades. SOUZA e SANTAROSA (2003) mostram ferramentas estimuladoras, onde diz que, com acesso aos softwares, os deficientes visuais poderá ter contato com sistemas: “DOSVOX, VIRTUAL VISION, JAWS” como fonte de informação e comunicação, as mesmas dizem da capacidade dessas ferramentas como: (Dosvox) dispõe de formatador para Braille e síntese de voz para língua portuguesa. (Virtual vision) tem possibilidade de “pronunciar as palavras digitadas letra por letra” e se ter contato com o Windows será possível ouvir musica do DVD e arquivo MP3 (Jaws), possui síntese de voz em vários idiomas, incluindo o português do Brasil também “dicionários gerais ou específicos que permitem controlar a maneira como as palavras são pronunciadas”.

Também a autora Maria (2000) traz uma ferramenta japonesa, chamada sorabá com finalidade de resolver cálculos matemáticos. A mesma, ainda diz que é muito importante a leitura e a escrita feita através do braile, e também que os deficientes visuais precisam de capacitação e treinamentos como meio de desenvolver as habilidades, tanto no trabalho

formal, quanto no trabalho informal, e que com a tecnologia eles podem trabalhar na área da “informática, nas indústrias, empresas, clínicas, telemarketing, psicologia, montar peças” dentre outras habilidades e profissões.

Com isso, mostra a inclusão na educação, porém pelo fato dos deficientes estarem na escola não significa que estão incluídos, porque se estes não codificarem os assuntos propostos pelo professor e, não participar das mesmas atividades dos demais, não fazer o uso do Braille e outras tecnologias que facilite a Comunicação, infelizmente estarão excluídos. Em vista disso, os professores deverão criar estratégias de ensino de maneira que haja a interação entre todos, fazer o uso da música, dinâmicas que envolva a percepção a partir do toque, e outras maneiras que possam integra-los. e importante também que a instituição de ensino possua formação continuada do professor e de todos que compõem a escola, de maneira a prepara-los para conviver com as diferenças, em que possam contribuir no seu desenvolvimento intelectual, físico, emocional.

Portanto, percebe-se quanto é preciso haver capacitação profissional a fim de proporcionar uma educação desafiadora que atenda suas necessidades, optando por planejamentos de maneira que os integrem, podendo usar técnicas proveitosas que estimule o conhecimento dos alunos, que possibilite as capacidades de comunicação e interação; pois a autora PEREIRA (2001) explica aspectos importantes que envolvem o planejamento para a prática docente, como: “ação, investigação, interação, reflexão, avaliação e reconstrução” numa visão que o professor para dar um significado à sua prática, deverá optar por planos de ação que sejam realizados com intencionalidade, em que o docente faça uma avaliação dos seus alunos, analisar seus saberes, valorizar seu conhecimento de mundo e depois construir juntos conhecimentos em que possam dar possibilidade de se comunicarem, se expressarem e agir, de forma que, os professores tenham autonomia e segurança em seu ambiente de ensino, no intuito de haver a inclusão, possibilitando assim, que aconteça a sociabilidade entre os sujeitos envolvidos e suas diferenças.

3 SISTEMA BRAILLE

“Um ponto do alfabeto Braille fez mais pelos cegos do que milhares de filantropos; a possibilidade de ler e escrever resulta mais importante que o “sexto sentido” e a sutileza do tato e do ouvido” (VIGOTSKI, 1989, p. 77 apud MENDES, 2014, p. 20).

Diante disso, o braile é um instrumento que dá acesso às pessoas cegas e com baixa visão, possibilitando assim que elas exerçam seus direitos de cidadão. Ele possui 64

combinações que possibilita aos cegos ter contato com a leitura e a escrita a partir da percepção tátil. Foi criado por Charles Barbier para facilitar a comunicação dos soldados no período da noite tendo os pontos como referência, e só depois a ideia seria adotada por Louis Braille que se interessou pelo sistema e adotou como representação para pessoas cegas. Depois foi espalhado por toda a Europa, inclusive no Brasil por José Álvares de Azevedo, este se apropriou do signo, já que tinha deficiência visual, e mostrou a eficiência desse instrumento de comunicação a D. Pedro II que criou a primeira escola para cegos no Brasil, sendo inaugurada em 17 de setembro de 1854 no Rio de Janeiro, com o nome “Instituto dos Meninos Cegos”.

“A leitura e a escrita Braille representam o meio de comunicação mais eficaz para as pessoas cegas. Por meio dele, a pessoa cega tem acesso ao mundo, tanto no que diz respeito à cultura como à linguagem” (MENDES 2014, p. 51).

Em vista disso, percebe-se que, com essa linguagem será possível a comunicação dos deficientes visuais sendo que seria preciso ser estimulada e incentivada, devendo ser encontrada nos diversos espaços, como lojas, bancos, supermercados, principalmente na instituição escolar em que possibilita ao diferente ser incluído e tratado por igual, de forma que os mesmos se apropriem das informações e comunicação, de maneira que possam compartilhar as experiências e conhecimento de mundo, por meio dessa linguagem.

É importante ressaltar que com a pedagogia histórica crítica houve muitas discussões a educação dos deficientes visuais no espaço escolar, em que muitas pessoas de diversas áreas contribuíram no processo de inclusão, na participação cultural e social dos sujeitos como sociólogos, filósofos e outros.

É importante destacar, no presente contexto, que, quaisquer que sejam nossas reflexões sobre o papel da escola, a própria concepção de desenvolvimento humano nas sociedades escolarizadas tem nessa instituição uma referência básica: a escola tem um papel central na construção do adulto concebido como cidadão pleno dessas sociedades. A exclusão do processo de escolarização, bem como quaisquer formas de empobrecimento da experiência escolar, estariam, portanto, deixando de promover o acesso do indivíduo a dimensões fundamentais de sua própria cultura (OLIVEIRA, 1996, p. 101, apud MENDES, 2014, p. 35).

4 POLÍTICAS PÚBLICAS

É importante ressaltar que em 2015 foi criado a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) com intenção de garantir o direito ao respeito dos deficientes visuais, no intuito de fazer concretizar o exercício dos direitos humanos, como está explícito no,

Artigo 9º A acessibilidade: A fim de possibilitar as pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os estados partes tomarão medidas apropriadas para assegurar as pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, a informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na zona rural (BRASIL, Decreto nº.6.949, de 25 de agosto 2009).

Neste contexto, é importante que os órgãos públicos devem prestar apoio de modo a favorecer na inclusão dos deficientes visuais, como diz

O Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011), em seu artigo 5º, § 4º, determina que o MEC prestará apoio técnico e financeiro à produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem, incluindo materiais didáticos e paradidáticos em braille, áudio e língua brasileira de sinais (Libras), *laptops* com sintetizador de voz, *softwares* para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitem o acesso ao currículo (MENDES, 2014, p. 39).

A inclusão das pessoas com deficiência passa por mais um avanço, adquirindo acesso a leitura, inclusive

Em 31 de outubro de 2003 foi publicada a Lei n. 10.753 (BRASIL, 2003), que ficou conhecida como Lei do Livro. Esta lei institui a Política Nacional do Livro e em seu Artigo 1º, inciso XII, assegura às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura. No Artigo 2º, considera-se livro, para efeitos desta Lei, a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado (MENDES 2014 p. 39).

Com isso, mostra os direitos dos deficientes visuais terem contato com a leitura e a escrita a partir de livros e materiais que atendam suas necessidades. É importante também que os professores tenham oportunidade de participar de capacitação de modo, a ser fluentes e capacitados ao uso do Braille para atenderem aos discentes de forma responsável e compreensível, e poder dar sentido à leitura de linguagem tátil, de forma a ajudar os alunos compreender as informações tanto na escola como no seu cotidiano.

A autora Mendes (2014, p.66) mostra o depoimento do deficiente visual Fabricio em que o mesmo diz dos desafios do uso do braille na sua vida.

O Braille é um meio... [pausa longa]... de você estudar, ler alguma coisa, sem depender... tipo, você tem um remédio e quer saber o nome, não precisa de uma outra pessoa chegar para dizer que remédio é aquele. Pratico pouco o braille, sou meio preguiçoso para ler. Hoje leio bem o braille e escrevo bem, mas pratico pouco. Quando comecei, me dediquei bastante. Aí pronto. Tá certo que tem a preguiça, mas como eu achei que era difícil, pensei: eu vou... É mais uma prova que eu sei fazer as coisas. O que me motivou a aprender o braille... [pausa longa]... foi ter mais uma coisa na minha vida, porque aonde eu chegar e tiver o braille, não fico perdido. Já não tem a visão, e o povo fala que o braille é a comunicação do deficiente visual. Eu pensei: “Vou tentar aprender esse rapaz aí”. Alguns lugares [aonde] eu vou – no banco, no corrimão da Caixa Econômica – tem o braille explicando onde é a entrada e onde é a saída; na caixa de remédio, caixa de perfume. Principalmente quando estou só em casa e a menina [filha] está precisando tomar o remédio, vou procurar o remédio e ele não está no lugar certo, e a menina [filha] pega o remédio; eu leio para saber se é o remédio certo. A menina pergunta se eu estou duvidando dela. Daí eu digo que estou lendo o nome dele. Ela diz que está lendo, mas eu falo que também

quero ler. A leitura e a escrita braille mudou algo para mim, porque eu ficava sem fazer nada e às vezes pego a reglete e escrevo alguma coisa, leio, mas é isso.

Diante disso, percebe-se de como é importante o Braille no processo de leitura dos deficientes visuais, em que possibilita a ler coisas e objetos a sua volta, de maneira que passa a ter autonomia nas suas ações.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa parte de forma bibliográfica em que é citado vários autores que propõem maneiras de inclusão dos deficientes visuais no âmbito educacional e social a partir de tecnologias que garantem o direito a comunicação dos sujeitos. No decorrer do trabalho foi citado a proposta de SOUZA e SANTAROSA (2003) em que cita as tecnologias de informação e comunicação, sendo facilitadora no processo de ensino aprendizagem das pessoas com deficiência visual.

O presente trabalho tem como principal referência a autora MENDES (2014), em que cita o teórico VIGOSKI (1989) em que trata da educação dos sujeitos com deficiência visual e suas capacidades. Também é apresentado as tecnologias de informação, comunicação mostrado por SOUZA e SANTA ROSA (2003).

Neste trabalho, são mostrados documentos que garantem o acesso as ferramentas acessíveis aos deficientes visuais, e Ana Cristina (2001) apresentam aspectos educativos organizado pelo professor, a partir de um planejamento em sala de aula.

Depois a autora Gil Maria (2000) diz da finalidade da tecnologia Sarobá. Já Ana Cristina (2001) diz dos aspectos de planejamento para a prática docente. E por fim a autora MENDES (2014), trata da importância do Braille enquanto ferramenta mediadora do conhecimento para com os deficientes visuais.

Neste trabalho mostrará também o processo histórico do Braille e os direitos do seu uso, a partir de documentos em que são demonstrados, terá a abordagem de VIGOTSKI (1989), em que diz da importância do Braille na construção do conhecimento citado pela ultima.

6 DISCURSSÃO

É possível compreender de como é importante discutir a educação dos deficientes visuais a partir de ideias teóricas em que faz refletir sobre o diferente, do sujeito histórico e cultural, formas de sociabilidade e exclusão.

Entretanto Segundo Mendes (2014) através do Braille que a pessoa cega tem acesso ao mundo, tanto no que diz respeito à cultura como à linguagem. Dessa forma faz desconstruir ideias negativas de uma sociedade que ver o deficiente visual como um indivíduo limitado, incapaz, inválido ou que possuir “forças sobrenaturais” essa mesma sociedade agora passa a ter outra visão de que o cego ou sujeitos com baixa visão é capaz de exercer a cidadania através de signos de representações pela percepção tátil, que ao ter o contato com as tecnologias de informação e comunicação os deficientes visuais terão autonomia, e que poderão desenvolver aspectos cognitivos, intelectuais no processo do ensino aprendizagem e construir conhecimentos com outras pessoas e poder compartilhar suas experiências de vida no espaço escolar.

Mendes (2014) ao citar Vigotski (1989) diz que um ponto do alfabeto Braille contribuiu mais pelos cegos do que milhares de filantropos, que a possibilidade de ler e escrever se torna mais importante que o “sexto sentido” e a sutileza do tato e do ouvido.

Com isso, faz entender que a deficiência visual não é algo meramente biológico, mas social, ou seja, que a falta de um órgão não impede o sujeito a ter contato com o mundo da leitura e da escrita, mas precisará de meios que facilite o entendimento com o Braille e outras infinitudes de ferramentas possíveis.

7 CONCLUSÃO

Conclui-se que, os deficientes visuais que antes eram visto como pessoas que possuíam “forças sobrenaturais” ou que eram inválidos, agora passam a ser um sujeito social, intelectuais que possuem direitos, que podem ter oportunidade de continuar seus estudos ou começa-los, que podem utilizar materiais didáticos de uma linguagem tátil de forma a codificar decodificar informações. Assim, poder se enquadrar nos padrões sociais, trabalhar em empresas ou em qualquer espaço para terem uma vida estável e sucedida, ter autonomia nas suas atividades e isso se dá pelo processo histórico de muitas ideias construídas e discutidas na educação, considerando o período da pedagogia histórica critica que muito contribuíram no processo de reflexão.

Com as tecnologias de informação e comunicação passa a facilitar a comunicação das pessoas que tem deficiência visual, mas para que as atividades sejam realizadas precisará da contribuição do professor sendo este o mediador do conhecimento, de fazer o sujeito reconhecer a leitura de mundo e juntos construir conhecimentos de forma a participar no processo de ensino aprendizagem, partindo de uma linguagem tátil como o Braille, sendo que

o professor deverá participar de capacitações que possa trabalhar de forma compreensiva e continua, tendo a participação dos órgãos públicos nesse processo, e só assim os deficientes visuais estarão mais seguros e incluídos no meio social.

REFERÊNCIA

BRASIL, Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto 2009. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> Acesso em: 20 jun. 2018.

GIL MARIA- cadernos da tv escola- Brasília: MEC secretaria de educação a distancia 2000.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>> Acesso em: 09 de jun. 2018.

MAZZARIO, Jane Márcia; FALKENBACH A, Atos; RISSI, Simone. **Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física.** In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, vol. 33, núm. 1, enero-marzo, 2011, pp. 87-102. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte Curitiba, Brasil. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/pdf/4013/401338555006.pdf>> Acesso em: 09 de jun. 2018.

MENDES, Fatima Aparecida Gonçalves. **A constituição de sujeitos com cegueira adquirida e a aprendizagem da leitura e escrita braile.** Piracicaba, 2014. Disponível em:

<<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>> Acesso em 01 de ago. 2018

PEREIRA, Ana Cristina Silva de O. **Planejamento: uma questão de consciência pedagógica.** 2001.

SOUZA, Andréia Poletto; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. **Ambientes digitais virtuais: acessibilidade aos deficientes visuais v. 1 n.º,** Fevereiro 2003. Disponível em

<<http://cta.ifrs.edu.br/files/doc/4e99e82db4d83c5adfbafdae81c51174.pdf>> Acesso em: 11 de jun. 2018.